



Superior Tribunal
Militar

SIMULADO ESPECIAL

STM

**Analista Judiciário
Apoio Especializado
Administração - Pós-Edital**

Simulado

Simulado Especial STM (Analista Judiciário - Apoio Especializado - Administração)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Apoio Especializado - Administração do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TXHzCgTs2zpummwx5>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/VrM5>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira, um novo relatório sobre o caminho para limitar o aquecimento global a 1.5 grau e assim cumprir o histórico Acordo de Paris. É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes, e só poderá ser alcançada se não perdermos mais tempo. Para líderes políticos e corporativos, a mensagem é clara: “Ajam agora!”.

Atualmente, já enfrentamos 1° C de aquecimento. Para os cientistas da ONU, que revisaram mais de 6 mil estudos, estamos muito próximos de atingir 1.5° C e até mesmo chegar a 2° C de aquecimento já na primeira metade deste século, ou seja, daqui a apenas trinta anos. Esse é o nível mínimo seguro para a forma como vivemos no planeta. A solução possível, diz o relatório, é reduzir pela metade até 2030 a emissão de gases que esquentam o planeta, para então zerá-la em 2050, além de absorver parte do carbono que já está na atmosfera. Nesse caminho, não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa – as florestas também terão papel fundamental.

O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz que “no cenário traçado pelo IPCC, o futuro da humanidade depende não apenas de eliminarmos os combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, e zerar o desmatamento em escala mundial para reduzir as emissões, mas também proteger florestas, savanas e outras formas de vegetação natural para capturar o excesso de CO2 que já está na atmosfera e o que ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono”. Para ele, a melhor e mais aceitável forma de fazer isso é adotar, em escala global, um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas, “afinal, as árvores são ‘usinas’ naturais de captação de carbono desenvolvidas e testadas há milhões de anos”, afirma.

No Brasil, líderes políticos e empresariais têm o dever de ampliar os compromissos já assumidos com a comunidade global e adotar as medidas necessárias para

nos proteger dos impactos que já estão sendo sentidos, como secas severas prolongadas e tempestades com força recorde. “Além de acelerar a transição para uma matriz energética 100% limpa e renovável, o país tem o desafio de revolucionar o setor agropecuário — que responde por cerca de 70% das emissões brasileiras — e trazê-lo para um patamar sustentável”, afirma.

2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2015. Estamos mais perto de pontos críticos de ruptura dos ecossistemas e outros riscos importantes do que pensávamos. Limitar o aquecimento a 1,5° C em vez de 2° C faria uma enorme diferença para a vida nos oceanos e na Terra. Protegeria centenas de milhões de pessoas de frequentes ondas extremas de calor, reduziria pela metade a proporção de populações que sofrem com a escassez de água e ajudaria a atingir metas de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio, mas ainda é possível, se formos rápidos, ousados e afortunados, e acelerarmos nossa ação em todas as frentes agora. Os próximos anos são críticos para o mundo embarcar em um caminho de transformação que reduza as emissões de gases de efeito estufa e aumente as florestas em direção a uma economia neutra em carbono. Com as atuais metas climáticas dos países para 2030, não teríamos chance. Então elas devem ser melhoradas.

(Por Rodrigo Gerhardt, 2018 — Disponível em www.greenpeace.org/brasil. Adaptado)

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. De acordo com o texto, o controle do aquecimento global está principalmente na redução de gases do efeito estufa.
2. De acordo com a comunidade científica, o aquecimento global é inevitável.
3. Segundo o texto, somente agora a comunidade científica reconheceu o perigo do aquecimento em 2° C.

4. Depreende-se que a maior parte da emissão de gases poluentes no mundo provém do setor agropecuário.
5. Segundo o texto, os dados recentemente divulgados resultaram de pesquisa norte-americana.
6. Nesse texto, o autor opina com base em argumentos factuais.
7. O autor do texto limita-se a abordar o assunto com imparcialidade.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

8. Os sentidos e a correção gramatical do trecho “Tudo deveria estar ligado a sintomas” seriam preservados caso fosse reescrito da seguinte forma: **Tudo deveria estar relacionado à sintomas.**
9. No trecho “A verdade do que se dissera”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
10. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, a segunda vírgula tem a finalidade de marcar o sentido explicativo da oração iniciada pelo vocábulo “que”.
11. Em “nomes de cantores e equipes premiados”, a substituição de “premiados” por **premiadas** não resultaria em erro gramatical, mas alteraria o sentido, uma vez que a concordância passaria a ser estabelecida com o termo “equipes”.
12. Em “Esse diz respeito a um dos planos de recuperação fiscal implementados na última década”, a substituição do trecho “diz respeito a” por **trata-se de** prejudicaria a correção gramatical.

13. O emprego das vírgulas que isolam o vocábulo ‘portanto’ em “Ele será, portanto, entregue às autoridades” justifica-se pela posição dessa palavra na oração em que se insere.
14. É facultativa a conjugação no singular ou no plural da forma verbal em “ao menos 75% dos entrevistados afirmaram”. Ambas as possibilidades manteriam a correção gramatical.
15. Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o trecho “No entanto, nenhum imunizante está disponível para a população” fosse assim reescrito: **Portanto, não há ainda imunizante disponível para a população.**
16. No trecho: “Foram vinte reclamações – em menos de uma hora -, nenhuma delas envolvendo atrasos na entrega”. O vocábulo “delas” remete à expressão “vinte reclamações”.
17. Os termos destacados em “A partida está no fim” (2º parágrafo) e “O jogo acabava ali.” desempenham a mesma função no texto.
18. Em “sê-lo”, “obrigá-los” e “viver”, as formas verbais estão no modo infinitivo.
19. O trecho destacado em “A compreensão de que os homens uniformizados devem ser mais temidos reinava naquele tempo” exerce a função de adjunto adnominal do vocábulo **compreensão**.
20. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “A economia é tomada como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, admitindo sua importância em diferentes esferas da sociedade” poderia ser reescrito da seguinte forma: **Toma-se a economia como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, reconhecendo sua importância em diferentes esferas da sociedade.**

LEI Nº 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES*Tiago Zanolla*

- 21.** Após denúncia do Ministério Público Militar, um capitão-de-corveta da Marinha é acusado de peculato em concurso com três terceiros civis. Antes do recebimento da denúncia, ele é promovido a capitão-de-fragata. Considerando que a conduta imputada ocorreu no exercício da função militar a bordo de navio da esquadra em missão internacional, a lei determina que o processo seja julgado por Conselho Especial de Justiça formado por um(a) juiz(a) federal da Justiça Militar, dois oficiais-generais e dois oficiais-superiores sorteados, podendo a sessão ser realizada fora da auditoria-sede se assim deliberar o STM, por motivo de ordem pública ou de interesse da Justiça.
- 22.** Além da Secretaria do STM e das Secretarias das Auditorias, o Ministério Público Militar pode executar Serviços Auxiliares da Justiça Militar sempre que houver disponibilidade orçamentária e autorização do Presidente do Tribunal.
- 23.** A Corregedoria da Justiça Militar — órgão de fiscalização e de orientação jurídico-administrativa — é integrada, obrigatoriamente, por um Ministro-Corregedor, um Juiz-Corregedor Auxiliar, um diretor de Secretaria e pelos servidores constantes do quadro legal; pode, porém, em tempos de Guerra, ser acrescida de segundo Juiz-Corregedor Auxiliar mediante deliberação do Plenário do STM, desde que haja disponibilidade orçamentária.

REGIMENTO INTERNO*Tiago Zanolla***COM BASE NO REGIMENTO INTERNO DO STM,
JULGUE OS ITENS A SEGUIR:**

- 24.** Para sanar erro inescusável praticado por juiz federal da Justiça Militar, a correição parcial pode

ser requerida pela parte diretamente ao Superior Tribunal Militar; recebido o requerimento, o juiz militar limitar-se-á a certificar o protocolo e a suspender o curso do processo até que o STM delibere sobre o ato impugnado, sem necessidade de ouvir a parte contrária.

- 25.** O pedido, formulado por autoridade militar, de substituição de juiz-militar que integra Conselho Permanente de Justiça — quando fundado em “relevante interesse da administração militar” — deve ser dirigido diretamente ao Superior Tribunal Militar, onde será autuado e distribuído; antes de submetê-lo ao Plenário, o relator ouvirá o Ministério Público Militar, e somente após decisão plenária a substituição poderá ocorrer, sendo vedado ao juiz federal da Justiça Militar adotar qualquer providência ou intermediar o expediente.
- 26.** A túnica verde-oliva (padrão 5º Z-1) constitui uniforme privativo dos Ministros militares oriundos do Exército e, em consequência, não pode ser utilizada pelos Ministros militares da Marinha ou da Aeronáutica nas sessões do Tribunal.
- 27.** As decisões proferidas em habeas corpus de competência originária do STM integram, ao lado da apelação e da revisão criminal, o rol taxativo de processos passíveis de revisão previsto no art. 14 do RISTM.
- 28.** A Ouvidoria do STM, por se vincular diretamente ao Plenário, pode dialogar com órgãos externos, recomendar mudanças legislativas e celebrar convênios interinstitucionais, desde que as iniciativas sejam previamente aprovadas pelo Plenário ou referendadas por ele, sendo inválido o envio unilateral de relatórios oficiais ao Senado Federal.

29. Caso o Plenário do STM venha a ser dividido em turmas por emenda regimental, caberá ao Conselho de Administração definir a competência de cada turma e a distribuição de Ministros entre elas, respeitado o critério da antiguidade.

Em janeiro de 2025 sobrevieram, quase simultaneamente, **três vagas civis** no STM:

- **Vaga A** — decorrente da aposentadoria compulsória de Ministra civil advogada;
- **Vaga B** — decorrente da renúncia, durante o primeiro biênio de mandato, de Ministro civil membro do Ministério Público Militar (MPM);
- **Vaga C** — decorrente do falecimento de Ministro civil juiz federal da Justiça Militar (JF-JMU).

Para suprir essas vagas, o Presidente da República submeteu ao Senado Federal a seguinte lista tríplice de indicações, acompanhada de justificativa:

Nome	Idade	Profissão	Dados adicionais
1 – Dra. Luciana	42 anos	Advogada	Exercício da profissão e Inscrição na OAB há 12 anos; professora de direito penal militar; pareceres citados em acórdãos do STM.
2 – Dr. Artur	46 anos	Juiz Federal da JMU	18 anos de magistratura; atuou em 6 das 12 Auditorias; mestre em direito constitucional.
3 – Procuradora Fernanda	37 anos	Subprocuradora-Geral do MPM	Ingressou no MPM em 2011; autora de obra sobre jurisdição militar; indicação apoiada por $\frac{2}{3}$ do Conselho Superior do MPM.

O Senado realizou arguição pública em sessão conjunta da CCJ e, em votação secreta no Plenário, aprovou **todos os quatro nomes** por maioria absoluta.

Considerando o Regimento Interno do STM e a sistemática constitucional sobre nomeação de Ministros civis do STM, **julgue os itens a seguir.**

30. A indicação da Doutora Luciana não é válida, pois a exigência de “notório saber jurídico e conduta

ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional” atende com 12 anos de atuação na advocacia, mas não possui idade mínima para o cargo.

31. Tendo em vista o limite constitucional de 75 anos para a aposentadoria compulsória de magistrados, o Presidente da República pode nomear para vaga civil do STM advogado com 74 anos de idade, desde que o exercício efetivo da função não ultrapasse um ano antes da compulsória.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

Fabiano Pereira

32. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

Após se aposentar, o agente público fica livre das sanções previstas no conjunto de normas disciplinares estipulado pela Lei nº 8.112/1990.

33. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No contexto da prescrição aplicada à ação disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 determina que o início de um processo disciplinar suspende a contagem do prazo prescricional, permanecendo assim até que seja emitida a decisão definitiva pela autoridade competente.

34. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei nº 8.112/90 estabelece que é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

35. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

No âmbito do processo administrativo, será seguido, entre outros princípios, o de impulso procedimental pela iniciativa dos interessados, sendo proibida a tramitação automática por iniciativa exclusiva da Administração Pública.

36. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

Têm legitimidade para atuar como interessados no processo administrativo as organizações e as associações representativas, quando se trata de direitos ou interesses difusos.

37. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

Em situações excepcionais e por razões significativas devidamente fundamentadas, será possível a avocação temporária de competência originalmente designada a uma instância subordinada na hierarquia.

38. Conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006, julgue o item a seguir.

O Adicional de Qualificação (AQ) será calculado com base no vencimento básico do servidor, aplicando-se os seguintes percentuais: 10% (dez por cento) para portadores de título de Doutor, 12,5% (doze vírgula cinco por cento) para aqueles com título de

Mestre e 7,5% (sete vírgula cinco por cento) para servidores que possuam certificado de Especialização.

39. Conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006, julgue o item a seguir.

Cada órgão deverá reservar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para servidores pertencentes às Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União. As demais funções poderão ser atribuídas a servidores ocupantes de cargos efetivos que não integrem essas carreiras ou a titulares de empregos públicos, desde que atendam aos critérios de qualificação e experiência estabelecidos em regulamento.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020

Tiago Zanolla

40. Configura assédio moral, para fins da Resolução n.º 351/2020, toda e qualquer conduta abusiva que degrade relações socioprofissionais, desde que o agente atue com intenção inequívoca de causar dano à vítima.

41. A Resolução CNJ n.º 351/2020 admite o recebimento de denúncia anônima de assédio moral, desde que o canal institucional assegure a confidencialidade dos dados eventualmente fornecidos pela pessoa denunciante.

42. Tribunais classificados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias como “de pequeno porte” não são obrigados a instituir Comissão de Prevenção e Enfrentamento de Assédio e Discriminação, mas, caso optem por criá-la, devem fazê-lo no mesmo prazo máximo de 45 dias previsto para os demais tribunais.

43. Para atender ao critério de “diversidade de gênero”, a Presidência do tribunal deve, obrigatoriamente, indicar ao menos uma mulher e uma pessoa da população LGBTQIA+ para cada comissão constituída, sob pena de nulidade da instalação.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021

André Rocha

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue as assertivas a seguir.

44. Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar medidas para a elaboração de inventário, redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento com a finalidade de alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.

45. Uma das competências da comissão gestora é a de elaborar o Plano de Logística Sustentável (PLS) em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021

Ricardo Torques

46. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

A implementação de medidas que visem à promoção da acessibilidade e inclusão tem como premissas a adoção da adaptação razoável, como regra geral, e do desenho universal, quando justificável.

47. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Nos concursos do Poder Judiciário, é vedado o estabelecimento de qualquer espécie de cláusula de barreira para os candidatos enquadrados como pessoas com deficiência, bastando o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, ou nota 6,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

48. As organizações possuem valores éticos que orientam suas ações, decisões e cultura organizacional.

Acerca da Lei nº 8.429/1992 e suas alterações e atos de improbidade administrativa, julgue os itens abaixo.

49. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

50. As disposições da Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade, aplicam-se, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposa e intencionalmente para a prática do ato de improbidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

51. Julgue o item que se segue:

O Plano Plurianual (PPA) é uma lei que define as diretrizes e os objetivos estratégicos de Governo e os programas governamentais, com recursos, indicadores e metas para cada área de atuação. Por ser um planejamento de longo prazo, tem duração de 4 anos.

52. Segundo a Constituição Federal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias, entre suas competências, tratar sobre as alterações na legislação tributária.

53. A emenda parlamentar é o instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. Nesse contexto, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as emendas parlamentares individuais, quando apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, serão aprovadas 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde.

54. Conforme a Lei 4.320/64, a Lei Orçamentária Anual (LOA) não consignará dotações globais destinadas a atender, sem a discriminação necessária, a despesas de pessoal, material e serviços de terceiros. Tal mandamento refere-se ao princípio da especificação.

55. O princípio da não vinculação, previsto na Constituição, determina que a receita de imposto não seja vinculada a órgão, fundos ou despesas.

56. A técnica orçamentária do orçamento clássico ou tradicional caracteriza-se por considerar as necessidades financeiras das unidades, além de ser dissociado o planejamento do orçamento.

57. Com relação ao orçamento público no Brasil, julgue o item subsequente.

O plano plurianual deve estabelecer, de forma nacional, as diretrizes, os objetivos e as metas para as despesas de capital e para as relativas aos programas de duração continuada.

58. No que diz respeito ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário, julgue o item seguinte.

Cada um dos Poderes da União deve encaminhar ao Poder Legislativo um projeto próprio de plano plurianual, em até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial.

59. Com relação aos recursos de acompanhamento e modificação do orçamento governamental, julgue o item subsequente.

O crédito adicional constitui dotação isolada da lei orçamentária anual, sendo admitida, entretanto, sua incorporação no crédito orçamentário quando for suplementar ou especial.

60. A LRF está se referindo ao princípio do controle quando expõe a necessidade de se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

61. Segundo a LRF, uma empresa controlada é sempre uma empresa estatal dependente cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação

62. Segundo a LRF, integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o anexo de metas fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

63. Sobre o papel do Estado e atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item abaixo:

Quando um ente estatal propõe, no orçamento, investir em infraestrutura para suporte de água e energia em uma determinada região, trata-se de uma atividade do âmbito da função distributiva.

64. Sobre o papel do Estado e atuação do governo nas finanças públicas, julgue o item abaixo:

Quando o governo promove políticas econômicas para fomentar o pleno emprego e o fortalecimento econômico, diante da incapacidade do mercado em promovê-los. Essa ação do Estado está baseada na função distributiva.

65. Segundo a CF, julgue o item que se segue:

A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social.

66. O princípio da não vinculação, previsto na Constituição, determina que a receita de imposto não seja vinculada a órgão, fundos ou despesas.

67. O princípio da unidade diz que todas as receitas e todas as despesas devem contar da LOA.

68. O princípio da universalidade afirma que as receita e despesas sejam colocadas pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

69. O princípio da unidade diz que o orçamento deve ser uno, o que é evidenciado por uma única peça orçamentária.

70. Com relação a técnicas e princípios orçamentários, julgue o item seguinte.

O princípio da exclusividade veda expressamente que a lei orçamentária contenha autorização para a contratação de operações de crédito.

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Stefan Fantini

Com base no processo administrativo e funções de administração, julgue os itens a seguir.

71. As funções de planejamento e controle possuem, respectivamente, foco em ideias e resultados.

72. No processo administrativo, a atribuição de autoridade e responsabilidades, assim como a alocação de recursos, são tarefas típicas relacionadas à função direção.

Com relação ao planejamento e ferramentas estratégicas, julgue os itens a seguir.

73. O planejamento tático ocorre no nível institucional, envolve a organização como um todo e considera dimensões internas e externas à organização, como a análise da situação organizacional e a análise ambiental.

74. Texto: Os fragmentos a seguir foram extraídos do site do Superior Tribunal Militar (STM):

“Processar e julgar crimes militares definidos em Lei a fim de contribuir para a promoção da Justiça.”

“Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência do Poder Judiciário.”

“Ética, Imparcialidade, Acessibilidade, Modernidade, Celeridade, Responsabilidade Social e Ambiental, Probidade e Transparência.”

Assertiva: Esses fragmentos representam, respectivamente, a missão, a visão e os valores do STM.

75. A Análise SWOT busca mapear oportunidades e ameaças, que estão relacionadas à dimensão interna da organização, e forças e fraquezas, as quais estão relacionadas à dimensão externa da organização.

76. O Balanced Scorecard (BSC) prioriza a perspectiva financeira, em detrimento das demais perspectivas, quais sejam: Cliente, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

Com base na organização e estrutura organizacional, julgue os itens a seguir.

77. As estruturas organizacionais verticalizadas são caracterizadas pela existência de vários níveis hierárquicos na organização.

78. Os 06 elementos básicos que devem ser observados no projeto de definição da estrutura organizacional são: especialização do trabalho; departamentalização; cadeia de comando; amplitude de controle; centralização e descentralização; e formalização.

Com base na Liderança, Motivação e Comunicação, julgue os itens a seguir.

79. Lideranças diretivas têm por base a preocupação com as necessidades e com o bem-estar de seus subordinados, enquanto nas lideranças apoiadoras o líder se preocupa em explicar detalhadamente “o que” e “como” deve ser feito, definindo metas, padrões, e indicando a direção a ser seguida.

80. O gestor que centraliza a tomada de decisões, define as tarefas, bem como decide quem serão os funcionários que as executarão exerce o estilo de liderança denominado liderança democrática.

81. De acordo com a Teoria dos Dois Fatores, de Frederick Herzberg, existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas, são eles: os fatores higiênicos e os fatores motivacionais. Para o autor, os reajustes salariais são importantes fatores motivacionais.

82. Situação hipotética: Mario Bros, gerente de determinado departamento, enviou uma mensagem pelo e-mail empresarial da organização, informando aos seus subordinados acerca da data e o horário de uma reunião em que serão discutidas as novas metas da equipe.

Assertiva: Esse tipo de comunicação pode ser caracterizada como formal e descendente.

Com base no Controle e Indicadores, julgue o item a seguir.

83. Medida, Fórmula, Índice, Padrão de Comparação e Meta são componentes básicos dos indicadores. A medida consiste no valor do indicador em determinado momento.

84. Com relação às dimensões dos indicadores de desempenho, a eficiência mede a conformidade com critérios e padrões de qualidade, enquanto a excelência consiste na relação entre os produtos/serviços gerados (outputs) com os insumos utilizados.

Com base no Clima e Cultura Organizacional, julgue o item a seguir.

85. Pode-se definir cultura organizacional pode como um conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho.

86. Os artefatos consistem no nível mais superficial da cultura organizacional, ao passo que os pressupostos básicos se referem ao nível mais profundo, íntimo e oculto da cultura organizacional.

Com base na Gestão de Projetos, Gestão por Processos e Excelência nos Serviços Públicos, julgue os itens a seguir.

87. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecidos como processos de apoio.

88. Situação Hipotética: A organização SF123 começou a implantar um programa de qualidade baseado em metas, com o objetivo de exigir que seus empregados alcancem níveis elevados de produtividade, com ausência de erros.

Assertiva: O programa de qualidade implantado pela organização SF123 está apoiado no método de William E. Deming.

89. O ciclo PDCA consiste em uma ferramenta que tem foco na melhoria contínua e possui 04 etapas. Nesse ciclo, a execução do que foi planejado ocorre na etapa C.

90. Temporariedade e unicidade são características típicas dos projetos.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

Acerca da gestão por resultados, da questão da governabilidade, da governança e da accountability, da evolução da Administração Pública no Brasil e do empreendedorismo governamental e novas lideranças, julgue os itens a seguir.

91. Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.

92. O exercício da Governança Pública implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.

93. A ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado são considerados forças propulsoras do movimento da Governança Pública.

94. A transição democrática de 1985 representou um avanço na modernização da administração pública, na medida em que atribuiu à administração indireta normas de funcionamento idênticas às que regem a administração direta.

95. O modelo burocrático de gestão pode gerar excessos e escassez de burocratização. Um exemplo de escassez de burocratização é a ênfase nas pessoas e na liberdade de ação; e, de excesso de burocratização, é a despersonalização do relacionamento.

96. O Estado reforça sua governança ao intensificar o seu papel de regulador e provedor de serviços públicos, em detrimento do seu papel de executor.

- 97.** A avaliação da efetividade na administração pública, realizada com base em indicadores e metas previamente definidos, deve expressar o atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade, a exemplo da construção de um novo hospital para atender somente a crianças.
- 98.** Utilizada como tecnologia de mudança na gestão pública, o benchmarking não é um processo de espionagem industrial, mas um acordo que pode ser realizado entre organizações públicas visando identificar o gap de desempenho e o aprimoramento dos modelos, a partir dos líderes reconhecidos como representantes das melhores práticas.
- 99.** As novas lideranças na gestão pública incluem a aplicação das teorias emergentes que contemplam diversos estilos, a exemplo do líder transformacional, que é reconhecido pelos seguidores como detentor de habilidades heroicas e extraordinárias, que estimulam o alcance das metas estabelecidas, permitindo a seus seguidores transcenderem seus interesses pessoais para o bem da organização.
- 100.** O estilo de liderança diretivo, aplicado à gestão pública, ocorre quando o líder demonstra interesse pelo bem-estar dos subordinados e se mostra acessível a eles como indivíduos.
- Acerca da gestão de pessoas e das variáveis do comportamento organizacional na gestão pública, julgue os itens a seguir.
- 101.** A administração de recursos humanos, na era da informação, cedeu lugar a uma nova abordagem, a Gestão de Pessoas, onde as pessoas são vistas como fornecedoras de conhecimento e competências, imprevisíveis e flexíveis, independentes da organização, na busca de objetivos individuais e organizacionais.
- 102.** Na gestão pública, a gestão de pessoas deve priorizar a realização dos objetivos individuais dos empregados e simultaneamente orientar esforços para o alcance dos objetivos organizacionais.
- 103.** Na gestão pública, a gestão de pessoas exerce uma função similar à esfera privada, como a de assumir responsabilidades de consultoria interna às equipes, para que os empregados sejam capazes de alcançar os resultados desejados e gerar novos conhecimentos.
- 104.** A cultura e o clima são fatores que interferem diretamente nos resultados das organizações e precisam ser gerenciados pelos líderes. Os valores, por exemplo, se materializam nos comportamentos das pessoas, ambos, partes visíveis da cultura organizacional, e as convicções e premissas integram o nível invisível.
- 105.** O conjunto de percepções, opiniões e sentimentos que se expressam no comportamento de um grupo ou em uma organização, em um determinado momento ou situação, é denominado cultura organizacional.
- 106.** A metodologia de gestão por competências nas organizações públicas pressupõe a aplicação da uma etapa de mapeamento de competências, que consiste na prospecção dos melhores profissionais disponíveis no mercado, que devem ser selecionados por concurso público para ajudar na disseminação do conhecimento nas organizações.
- 107.** No processo de gestão do conhecimento, considerando a espiral do conhecimento de Nonaka e Takeuchi, a fase do ciclo denominada socialização e externalização passam, respectivamente, pela troca de experiências, habilidades e conhecimentos entre indivíduos; e pela escrita de artigos, normas, transformando conhecimento explícito em explícito.

108. O processo de gestão de desempenho denominado incidentes críticos se utiliza de frases qualitativas para descrever os comportamentos extremos do avaliado e não deve ser aplicado à gestão pública, por apresentar uma visão eminentemente qualitativa.

109. A teoria da hierarquia das necessidades de Maslow apregoa que a confiança perante o mundo e um gerente amigável são necessidades, respectivamente, de autorrealização e estima.

110. Investimentos em capacitação contribuem para o desempenho e resultados melhores, por isso a área de RH deve promover um processo contínuo de análise das necessidades de treinamento, examinando no nível organizacional os processos realizados, as atividades e tarefas, com vistas a determinar quais conteúdos deverão ser abordados em programas de treinamento.

GESTÃO DE RISCO. CONTROLE INTERNO

Guilherme Santanna

Julgue o item a seguir, conforme as publicações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

111. A primeira estrutura de controle interno publicada pelo COSO considera oito componentes de controle interno: ambiente interno; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação de riscos; resposta a risco; atividades de controle; informação e comunicação; e monitoramento.

112. No que se refere à gestão de riscos corporativos e à representação tridimensional dos seus componentes essenciais, julgue o seguinte item.

O risco residual é a parcela que resta após a administração ter adotado medidas para alterar a probabilidade ou o impacto dos riscos.

113. O monitoramento pode ser conduzido por meio de atividades contínuas ou de avaliações independentes. Quanto maior o alcance e a eficácia do monitoramento contínuo, maior a necessidade de avaliações independentes.

114. Segundo o COSO ICIF 2013 (*Internal Control – Integrated Framework*), o componente de controle interno em que se avaliam e se comunicam as deficiências no controle interno aos responsáveis por tomar ações corretivas, inclusive a estrutura de governança e alta administração, é designado atividades de monitoramento.

115. Um sistema de controle interno eficaz reduz, a níveis aceitáveis, o risco de não se atingir o objetivo de uma entidade e pode estar relacionado a uma, a duas ou a todas as três categorias de objetivos. Nesse contexto, a determinação de que os componentes e princípios relacionados continuem a existir na operação e na condução do sistema de controle interno para atingir objetivos especificados refere-se à presença.

116. Entre as quatro categorias de objetivos organizacionais estabelecidas pelo COSO ERM inclui-se a categoria dos objetivos operacionais, cujo propósito é viabilizar o atingimento de metas no nível mais elevado, alinhando-se e fornecendo apoio à missão.

117. O componente do gerenciamento de riscos corporativos denominado avaliação de riscos permite que a organização considere até que ponto eventos em potencial podem impactar o atingimento de seus objetivos.

118. A administração de uma universidade estadual identificou e avaliou os riscos associados com a gerência da residência estudantil: concluiu que a referida gerência não possuía internamente os requisitos necessários e as funcionalidades para administrar eficazmente essa grande propriedade residencial, razão pela qual optou por terceirizar a administração da residência para uma empresa especializada, que, entre outros fatores, tivesse condições de reduzir o impacto e a probabilidade de riscos. De acordo com o COSO, pode-se considerar que a administração optou por compartilhar a resposta ao risco identificado.

119. O julgamento falho ou tendencioso no processo de tomada de decisão é um tipo de ocorrência que pode ser controlada pela adoção de um sistema de controle interno capaz de proporcionar uma segurança razoável da consecução dos objetivos traçados por uma organização.

120. O cubo representativo da matriz tridimensional da gestão de riscos e de controles internos compreende as faces de objetivos, componentes e unidades organizacionais.

Discursiva

Uma das áreas mais estudadas em gestão de pessoas é a administração de conflitos nas organizações. À medida que as empresas mergulham em um ambiente externo cada vez mais competitivo e exigente, inevitavelmente, o ambiente interno também é afetado, afinal, são as pessoas que conduzem as organizações. Além disso, problemas decorrentes de relacionamento interpessoal, estresse, problemas de saúde, familiares, relações de poder e reflexos decorrentes do estilo de administração e de estrutura adotada pela empresa são também fatores geradores de conflitos entre as pessoas no ambiente de trabalho. Para lidar com tudo isso, não existe uma receita única e padronizada em que o setor de gestão de pessoas pode se apoiar, no entanto, é importantíssimo entender qual é o fator desencadeador de todo esse processo e trabalhar na fonte do problema.

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo sobre o tema **administração de conflitos**, respondendo, necessariamente, aos seguintes pontos:

- As diferentes percepções quanto ao papel dos conflitos nas organizações;
- O processo de conflito e seus níveis de gravidade;
- As abordagens sobre como podem ser administrados.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>